

Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

O.f.D.E.089/21

Rio Claro, 17 de dezembro de 2021

Senhor Presidente

Em face do período de recesso do Legislativo, cumpre-me solicitar a Vossa Excelência a CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA da Câmara Municipal para receber e votar os Projetos abaixo relacionados :

Of.D.E.090/21 - Autoriza o Poder Executivo Municipal a outorgar concessão, em conjunto ou isoladamente, total ou parcialmente, da prestação do serviço público de limpeza urbana e do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos e dá outras providências

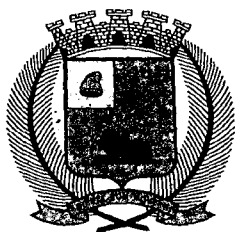
Of.D.E.091/21 - Revoga o inciso IV do § 4º do artigo 213 da Lei Orgânica do Município de Rio Claro

Assim, Senhor Presidente, solicito providências nos termos do artigo 34 inciso I da Lei Orgânica do Município, pelo que antecipo agradecimentos.

Atenciosamente

GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS
DD. Presidente da Câmara Municipal de
RIO CLARO



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

O.f.D.E.090/21

Rio Claro, 17 de dezembro de 2021

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter a Vossa Excelência e aos demais Nobres Edis, para análise e votação, o anexo Projeto de Lei Complementar, o qual dispõe sobre a concessão pública de prestação de serviço público de limpeza urbana e do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos, e atividades correlatas.

A referida concessão, será via licitação pública, e pode ser exercida de forma parcial, em relação a apenas um serviço público ou atividade dele integrante, ou dar origem a mais de um contrato de concessão de serviço público.

Tal legislação, visa modernizar este tipo de concessão, igual aos mais modernos municípios de nosso país, objetivando a melhoria de atendimento à população de nossa cidade.

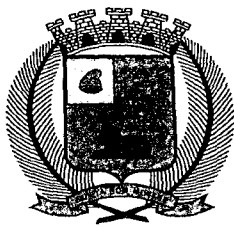
Assim sendo, Senhor Presidente, por se tratar de matéria de extrema importância, é fundamental a aprovação do presente projeto, razão pela qual invocamos os dispositivos Regimentais e aqueles constantes do Artigo 50 da Lei Orgânica Municipal, a fim de que a votação seja realizada em caráter de urgência, no menor tempo possível.

Na oportunidade, reiteramos a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e consideração, homenagem que peço seja extensiva a todos os Nobres Vereadores que integram essa Casa de Leis.

Atenciosamente

GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS
DD. Presidente da Câmara Municipal de
RIO CLARO



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 237/2021

(Autoriza o Poder Executivo Municipal a outorgar concessão, em conjunto ou isoladamente, total ou parcialmente, da prestação do serviço público de limpeza urbana e do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos e dá outras providências.)

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a delegar, mediante concessão, a prestação do serviço público de limpeza urbana e do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos, e atividades correlatas.

§ 1º - A autorização pode ser exercida de forma parcial, em relação a apenas um serviço público ou atividade dele integrante, ou dar origem a mais de um contrato de concessão de serviço público.

§ 2º - No que se refere à destinação ou disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, a concessão poderá abranger resíduos originários do âmbito regional, desde que contribua com a modicidade tarifária ou a diminuição dos custos para o Município de Rio Claro, bem como assegure escala adequada para soluções mais modernas e eficientes do ponto de vista ambiental.

§ 3º - O edital de licitação da concessão deverá prever como as receitas alternativas, complementares ou acessórias advindas do previsto no § 2º, bem como de outros projetos associados, contribuirão com a modicidade tarifária ou com a diminuição do valor da contraprestação pública.

Art. 2º - O prazo da concessão será determinado no edital de licitação, em função do estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira, e não poderá ser superior a trinta anos, incluído o prazo de eventuais prorrogações.

Art. 3º - Caso a concessão preveja contraprestação pública, os pagamentos a cargo do Poder Concedente poderão ser garantidos com as receitas advindas do Fundo de Participação dos Municípios – FPM ou da quota-parte no Município no Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, inclusive mediante instituição financeira fiduciária.

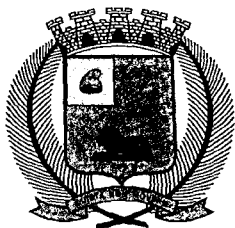
Art. 4º - Competirá à entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços públicos de que trata esta Lei Complementar:

I – editar normas para a adequada prestação dos serviços e satisfação dos usuários do serviço público de limpeza urbana e do serviço público de manejo de resíduos sólidos;

II – cumprir e fazer cumprir os instrumentos das políticas públicas do serviço público de limpeza urbana ou do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos, assim definidos na legislação municipal e atos derivados;

III – fiscalizar a adequada prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, sem prejuízo dos poderes fiscalizatórios reconhecidos à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Rio Claro e aos próprios usuários;

IV – garantir a aplicação do princípio da isonomia no uso e no acesso ao serviço público de limpeza urbana e ao serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos no Município de Rio Claro;



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

2.

V – implantar mecanismo de recebimento e apuração de queixas e reclamações dos usuários, que deverão ser cientificados das providências adotadas, em prazo máximo estabelecido em regulamento editado pela própria entidade de regulação;

VI – aplicar as sanções legais e regulamentares em face dos prestadores dos serviços, em caso de descumprimento das normas legais, das normas de regulação e das normas previstas nos instrumentos de delegação;

VII – fixar, reajustar e revisar o valor das tarifas ou contraprestações, incluindo as suas estruturas;

VIII – adotar as medidas que se fizerem necessárias para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro dos instrumentos de delegação da prestação do serviço público de limpeza urbana ou do serviço público de manejo de resíduos sólidos;

IX – opinar sobre a extinção da delegação da prestação dos serviços, inclusive a sua retomada;

X – requisitar os prestadores do serviço público de limpeza urbana ou do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos o fornecimento de todos os dados e informações necessários para o desempenho de suas atividades em prazo razoável, não inferior à três dias úteis, bem como aplicar sanções nos casos de recusa, atraso ou prestação defeituosa ou incompleta de informações;

XI – compor e deliberar, na esfera administrativa, sobre os conflitos envolvendo o Poder Concedente, os concessionários e os usuários;

XII – deliberar, na esfera administrativa, acerca da interpretação da legislação, normas regulamentares e contratuais relativas aos serviços públicos de que trata esta Lei Complementar;

XIII – processar e julgar, na esfera administrativa, os pleitos que lhe sejam submetidos em relação aos serviços sujeitos à sua regulação e fiscalização;

XIV – permitir o amplo acesso, pela população, às informações sobre a prestação do serviço público de limpeza urbana e do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos e sobre suas próprias atividades de regulação e fiscalização;

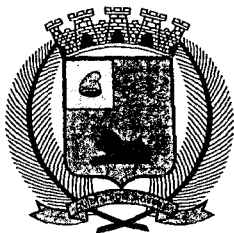
§ 1º - A remuneração devida aos delegatários do serviço público de limpeza urbana ou do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbano, bem como eventuais reajustes e revisões, dar-se-ão conforme o estabelecidos no âmbito dos instrumentos de delegação, de modo a garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

§ 2º - A ARES PCJ - Agência Reguladora de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá exercerá a regulação e a fiscalização dos serviços públicos de que trata esta Lei Complementar, ficando o Poder Executivo autorizado a celebrar contratos e convênios, ou instrumentos congêneres, necessários para assegurar ARESPCJ o pleno exercício de suas atribuições.

Art. 5º - Adicionalmente ao previsto na legislação federal, a empresa concessionária poderá seu contrato extinto quando:

I – não recolher em tempo hábil os impostos municipais a que estiver sujeita;

II – não cumprir as obrigações trabalhistas com seus empregados, bem como as normas de saúde e segurança do trabalho.



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

3.

Art. 6º - Sem prejuízo de outros direitos previstos na legislação aplicável, são direitos dos usuários dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos:

- I – receber serviço adequado;
- II – receber do prestador dos serviços informações sobre as condições necessárias para melhor fruição dos serviços, inclusive no que se refere a questões de saúde;
- III – oferecer sugestões ou reclamações e receber a respectiva resposta pelo prestador dos serviços, nos termos definidos nas normas de regulação;
- IV – peticionar contra o prestador dos serviços perante a entidade de regulação e fiscalização, caso reclamação apresentada ao próprio prestador não for atendida de forma adequada;
- V – ter continuidade do serviço público de limpeza urbana e do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos, cuja interrupção e restabelecimento obedecerão às hipóteses, condições e prazos fixados em lei e nas normas de regulação;
- VI – o acesso ao relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.

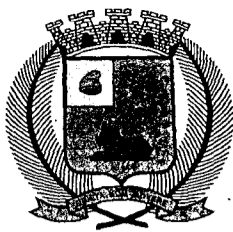
Art. 7º - Nos termos da dotação prevista na lei orçamentária anual poderão os usuários serem subsidiados no valor total ou parcial das tarifas relativas aos serviços públicos concedidos.

Art.8º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, e está sujeita a regulamentação mediante decreto do Chefe do Poder Executivo, revogadas as disposições em contrário.

Parágrafo único. O decreto mencionado no caput definirá, dentre outros, os resíduos de grandes geradores, bem como os resíduos industriais e comerciais equiparados a resíduos domiciliares.

Rio Claro,

GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

O.f.D.E.091/21

Rio Claro, 17 de dezembro de 2021

Senhor Presidente

Tenho a honra de submeter a Vossa Excelência e aos demais Nobres Edis, para análise e votação, o anexo Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município, a qual revoga o inciso IV do § 4º do Artigo 213 da Lei Orgânica do Município.

A revogação desse dispositivo vem ao encontro da nova legislação que trata da concessão dos serviços públicos de limpeza urbana e do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos, também encaminhada para apreciação dessa Casa de Leis, a qual prevê a possibilidade de recebimento de resíduos advindos de outros Municípios, sempre quando existir o necessário interesse público.

Cabe destacar que a aprovação dessa Emenda se apresenta de extrema urgência, tendo em vista que estão sendo ultimados os procedimentos para a realização da nova concessão, sendo essa medida essencial para a confecção do edital licitatório.

Assim sendo, Senhor Presidente, por se tratar de matéria de extrema importância, é fundamental a aprovação do presente projeto, razão pela qual invocamos os dispositivos Regimentais e aqueles constantes do Artigo 50 da Lei Orgânica Municipal, a fim de que a votação seja realizada em caráter de urgência, no menor tempo possível.

Na oportunidade, reiteramos a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e consideração, homenagem que peço seja extensiva a todos os Nobres Vereadores que integram essa Casa de Leis.

Atenciosamente

GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS
DD. Presidente da Câmara Municipal de
RIO CLARO



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 02/2021

(Revoga o inciso IV do § 4º do artigo 213 da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.)

Art. 1º Fica revogado o inciso IV do § 4º do artigo 213 da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Art. 2º - Esta emenda à Lei Orgânica do Município entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro,

GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO
Prefeito Municipal